

Senador acusa o Congresso de evitar temas essenciais

JORNAL DE BRASÍLIA

16 JUN 1991

Rubem Azevedo Lima

O caso Magri na Suíça, a fritura de outros ministros, a pena de morte, os temas ecológicos, o combate ao fumo, às drogas e ao alcoolismo e o nepotismo dos congressistas. Estes foram, estatisticamente, os assuntos mais frequentes durante os debates parlamentares dos últimos trinta dias. Todos eles têm importância, mas apresentam uma característica: não exigem de nenhum deputado ou senador que se defina, objetivamente, sobre outros problemas, nos quais teriam de assumir posição frente ao governo.

Para o sociólogo e político Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB no Senado, um pouco de responsabilidade pela fuga ao debate das questões essenciais, no Parlamento, cabe aos veículos de comunicação social, mais preocupados, em geral, conforme diz, "com a miudeza de assuntos que escandalizam, do que com o exame de temas de real interesse público".

Caso Magri

As discussões em torno do comportamento do ministro do Trabalho, em Genebra, foram — segundo ele — manchete dos veículos impressos por mais de uma semana, formando-se, no Congresso, correntes que achavam estar-se desejando humilhar o sindicalista nomeado para o Ministério e outras, para as quais o ministro deveria ser demitido sumariamente, ao retornar



Magri: assunto no Congresso

a Brasília.

O certo é que o fato de Rogério Magri ter ficado sob o foco da imprensa retirou de posições também incômodas outros ministros, tidos como alvo de processos de fritura, pelo Presidente da República. O próprio Presidente — segundo o deputado Jamil Haddad, do PSB do Rio, opositorista — também foi poupado de críticas nesse período em que Magri esteve na berlinda. As especulações relacionadas com a possível substituição dos ministros Carlos Chiarelli (Educação) e Margarida Procópio (Ação Social)

passarem a segundo plano.

Ao mesmo tempo, aumentaram no noticiário, os espaços para as possíveis decisões do Poder Judiciário, sobre questões como a constitucionalidade ou não da cobrança de novos tributos rodoviários e sobre a correção do Imposto de Renda.

Estagnação

No caso da pena de morte, o autor do pedido de plebiscito sobre o assunto, deputado Amaral Netto (PDS-RJ) garante que não movem preocupações de ordem eleitoral, mas de princípios: "O povo — diz Amaral — tem o direito de dizer se é a favor ou contra a adoção da pena de morte, nos casos de crimes hediondos, para conter a onda de violência nos grandes centros urbanos do País".

Tema parecido com esse, sob o aspecto político, foi a questão do divórcio, que, durante mais de trinta anos, mobilizou a atenção da opinião pública para o Congresso, a cada possibilidade de votação do divórcio e fez a imagem eleitoral de alguns políticos. Em 1977, depois do fechamento do Legislativo por ato do governo Geisel, que, no entanto, facilitou a tramitação de emendas constitucionais, o promotor daquele tema, hoje senador Nelson Carneiro, conseguiu viabilizá-lo, em meio à estagnação política decorrente do pacote de abril de 77 e à impotência do Congresso para tratar de questões institucionais do País.

Givaldo Barbosa 27.09.90